

ave A versão e a
verdade - III

A mudança da Monarquia para República ensejou a eleição do primeiro presidente. A Assembléia Nacional Constituinte elegeu Deodoro a 3 de novembro de 1891 mas estabeleceu o **sufrágio direto** e a **maioria de votos**, como norma e tradição da Velha República (art. 47). Assim foram eleitos Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Hermes da Fonseca, Wenceslau Braz, Rodrigues Alves, Arthur Bernardes, Epitácio Pessoa e Washington Luiz.

O movimento revolucionário de outubro de 30, a deposição de Washington Luiz e convocação de uma Assembléia Constituinte apresentam o segundo caso de **eleição indireta** com Getúlio Vargas. Também dessa vez o texto confirma a eleição presidencial «por sufrágio universal, direto, secreto e maioria de votos, cento e vinte dias antes do término do quadriênio, ou sessenta dias depois de aberta a vaga, se esta ocorrer dentro dos dois primeiros anos».

O golpe de 10 de novembro de 1937 investiu Getúlio Vargas na presidência discricionária incluindo em suas prerrogativas: a) indicar um dos candidatos à Presidência da República (art. 75) e determinando a eleição presidencial por um Colégio Eleitoral.

O golpe militar de 29 de outubro de 1945 e a deposição de Getúlio, a convocação de mais uma Constituinte estabelecem novidades na eleição presidencial: eleito, simultaneamente, com o Congresso, o presidente da República teria o mandato fixado pela Assembléia. Por isso a Comissão Constitucional examinou a matéria, considerando três propostas: a que fixava o prazo de seis anos, como a Constituição de 37 marcara para Getúlio Vargas; a de quatro anos, segundo a tradição republicana e a de cinco anos, que foi a forma intermediária proposta pelo deputado J.E. do Prado Kelly. Recentemente publicou-se a versão de que o presidente Dutra **abriu mão de um ano de mandato**. O que aconteceu foi o seguinte: o mandato presidencial seria **fixado** pela nova Carta, não havendo, portanto, mandato de seis anos. Contra a conservação do preceito da Carta outorgada em 10 de novembro de 1937, insurgiram-se muitos parlamentares, a começar por Octávio Mangabeira, o que motivou a intervenção conciliatória de Prado Kelly, no que resultou no mandato de cinco anos, mantido nas presidências Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Dutra, consultado pelo líder da maioria, deputado fluminense Acúrcio Torres, aceitou o prazo de cinco anos não defendendo a proposta de seis anos.

Os governos militares designaram os generais-presidentes conservando o período de cinco anos até Geisel, quando foi estabelecido o prazo de seis anos que favoreceu o presidente João Figueiredo. Mantido esse prazo, foi eleito Tancredo Neves. Sucedendo a ele José Sarney tem um mandato a cumprir de seis anos.